

Emenda contra diretas sugere "administrador"

Proposta agrada ao Planalto e será encaminhada na Constituinte por Furtado Leite (PFL-CE)

O deputado Furtado Leite (PFL-CE) encaminha ainda hoje ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), emenda substitutiva ao dispositivo do anteprojeto constitucional que trata da autonomia política do Distrito Federal. A proposta foi preparada por assessores do presidente José Sarney, nos moldes do que pensa o Presidente a respeito do assunto. Um dos assessores revelou que a proposição estabelece que "o governador do DF passa a se chamar administrador de Brasília e será nomeado pelo Presidente da República".

Segundo ele, esta emenda substitutiva dispõe que caberá à Lei Complementar definir a estrutura administrativa e jurídica da capital. As legislações complementares só começam a ser votadas após a promulgação da nova Constituição, pelo Congresso Nacional. Furtado Leite assinou a proposta no gabinete da liderança do PFL.

Ele estava justamente conversando com o líder, deputado José Lourenço (BA), sobre a inoportunidade da concessão de autonomia política para o DF, uma vez que a unidade federativa não dispõe de recursos financeiros próprios para garantir sua independência. A União é responsável por mais de 70 por cento das verbas dispendidas no DF.

REPERCUSSÃO

Quatro parlamentares da bancada brasiliense manifestaram ontem seu desagrado com a posição do presidente José Sarney, revelada pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Netto, de manter um prefeito nomeado para a área do Plano Piloto e permitir a eleição de prefeitos nas cidades-satélites.

A deputada Maria de Lourdes Abadia disse que presente na Constituinte a disposição de permitir ao Distrito Federal a eleição de uma Assembleia Legislativa. Contudo, disse existirem resistências à ideia de dotar o DF de um governador eleito. Desta forma, apesar de ser uma das mais ardorosas defensoras da autonomia política, a parlamentar já admite a possibilidade da bancada negociar com os constituintes dos demais estados pelo menos a criação da Assembleia Legislativa.

De acordo com Maria Abadia,

os deputados e senadores de todo o País resistem à ideia de conceder diretas para o governo local, por duas razões: segurança e questão econômica. Esses constituintes manifestaram à parlamentar, além da preocupação com o aspecto da segurança e tranquilidade do Presidente da República, que há ainda o fato de o DF ser sustentado por verbas federais oriundas de outros Estados. Ex-administradora da Ceilândia, a deputada admite que o recolhimento de impostos numa cidade-satélite pobre como a que administrou não dá para pagar os custos de 15 dias da iluminação pública.

REAÇÃO

Maria Abadia condenou a proposta do Presidente, de prefeito indicado para o Plano Piloto e de permitir eleições diretas para prefeituras das satélites. "Ou ele foi mal-assessorado ou não quer mesmo a representação política para o Distrito Federal", reagiu a parlamentar. "Quem vai indenizar esses administradores das satélites?"

A deputada Márcia Kubitschek indagou: "Não se pode eleger nove prefeitos de cidades-satélites que não terão a quem se dirigir. Eles ficarão subordinados a quem?" E complementou: "Com quem ficariam a Procuradoria-Geral, o Banco de Brasília, os secretários...?" Márcia achou a proposta "administrativamente inviável".

GENERAL NÃO

O deputado Augusto Carvalho comentou: "É uma gracinha. Só espero que ele (o Presidente) não coloque um general para defender esta tese". A autonomia política é "ponto inegociável" para a bancada brasiliense, segundo o parlamentar comunista. "Nós não aceitamos essa posição do Sarney e esperamos que não ocorra aliciação de votos", disse. O deputado Waldir Campello afirmou, com indignação: "A cidade não pode admitir um governador biônico. Isso aqui vai ficar sempre para uma negociação superior?"

O senador Pompeu de Souza acha que a posição do Presidente em relação à autonomia política do DF "é baseada num temor preconceituoso, que chama de politicamente infantil. O Brasil, afinal, não é um país de primários".

População quer diretas

A população de Brasília acha que a cidade deve eleger seu administrador por voto direto, seja ele prefeito ou governador. Esta foi a conclusão a que chegou ontem a reportagem do CORREIO BRAZILIENSE após entrevistar populares e líderes sindicais sobre o assunto. Embora haja divergências quanto ao fato de este representante ser um prefeito ou governador, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não se pode mais aceitar a ideia de a capital da República não eleger seu próprio administrador.

A corretora de seguros Odila Souza Lima Tolentino acha que Brasília deve ter um governador porque a cidade já cresceu suficientemente para ter vida própria, com um número de eleitores bastante grande. A ideia do presidente Sarney de indicar um prefeito para Brasília foi rejeitada. "Um prefeito nomeado pelo Presidente, mesmo quando este presidente é eleito pelo povo, corre o risco de não representar a preferência da população".

Já para a secretária Maisa Almeida, a preferência por um governador tem motivos diferentes: "Não se pode pensar em prefeito na capital do País. Isto é coisa para cidade do interior. E o que a gente vê nestas cidades é que os prefeitos são cobaias nas mãos dos eleitos daqueles Estados. Brasília já foi muito discriminada. Está na hora de termos direito a eleger o nosso próprio governador", desabafou.

O segurança José de Arimatéia Assis de Oliveira tem outra opinião. Ele acha que deve haver um governador para o Distrito Federal e um prefeito para Brasília. "Afinal, todas as cidades têm prefeito. Por que Brasília também não pode ter?". Como ele, a presidente

do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, também é a favor de governador para o Distrito Federal e prefeitos para as cidades-satélites.

— Sou a favor da eleição direta para todos os níveis, inclusive com deputados estaduais e vereadores, porque acho que quanto mais pessoas eleitas no poder, maior será o comprometimento com o povo.

Um governador indicado pelo Presidente, como o que temos agora, não resolve o problema pois seu comprometimento é com Sarney e não com os eleitores.

Esta é a mesma opinião do presidente do Sindicato dos Psicólogos, Alberto Barbosa: "Acho que Brasília deve perder a característica de Distrito Federal e passar a Estado. Pois só assim teremos a nossa autonomia política, poderemos desenvolver nosso pólo econômico e não dependeremos das verbas do Governo Federal para saúde, educação etc. As satélites devem ser transformadas em municípios, com seus prefeitos e vereadores e o Estado do Brasil ter seu governador".

Já a presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição, é a favor de eleições diretas para governador, mas não acha necessário prefeitos nas satélites. "Acho que deve haver assembleia legislativa, com um deputado de cada satélite, eleito pelo povo". O funcionário público Antonio Souza é de opinião contrária:

— Sou a favor de prefeito eleito pelo povo porque a área geográfica é muito pequena para que se justifique um governador. Além disso, os nossos deputados já estão fazendo o papel de vereadores e acho que haveria uma acumulação de cargos —, disse.